Chave de resposta – Questão 2 – Cargo 507

A resposta será avaliada com base na articulação coerente entre a legislação citada e a promoção dos Temas Transversais (Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão).

1. Fundamentação Constitucional e Princípios Norteadores (CF/88)

O candidato deve iniciar pela concepção de educação como direito fundamental (Art. 6º) e como direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205), vinculando-a ao pleno desenvolvimento da pessoa e à preparação para o exercício da cidadania, conceitos intrínsecos aos Direitos Humanos.

É essencial citar os princípios do ensino do Art. 206, especialmente:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) – base para a inclusão.
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (inciso II) – ligado à diversidade.
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (inciso III) – fundamento para o tratamento da diversidade.
- Gestão democrática (inciso VI) – como espaço de prática desses valores.

2. Operacionalização pela LDB e Abordagem dos Temas Transversais

A resposta deve destacar que a LDB torna obrigatório o respeito aos direitos humanos e a consideração com a diversidade (Art. 2º e Art. 3º, incisos III, IV, VII, VIII e X).

Deve mencionar que a LDB estabelece que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Art. 1º), o que inclui o enfrentamento das questões sociais.

É fundamental citar o Art. 26-A (introduzido pela Lei 11.645/08), que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, como exemplo concreto de transversalização da diversidade étnico-racial no currículo.

A referência ao Art. 12, que atribui aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, é o espaço para a incorporação dos Temas Transversais.

3. Proteção Integral e Direitos Específicos pelo ECA

O candidato deve reconhecer o ECA como instrumento que consolida a Doutrina da Proteção Integral (Art. 1º), assegurando a prioridade absoluta (Art. 4º) e o direito à educação (Art. 53).

O Art. 53 do ECA é central: garante o direito à educação sem discriminação, o respeito por parte dos educadores e a equalização de oportunidades, sendo um pilar legal para a educação inclusiva.

A menção ao direito à convivência familiar e comunitária (Art. 19) e à proteção contra qualquer forma de discriminação (Art. 5º) reforça a necessidade de a escola ser um ambiente de acolhimento à diversidade.

4. Metas e Estratégias do PNE para a Equidade

A resposta deve tratar o PNE como o planejamento estratégico que traduz os princípios legais em metas e ações.

Deve citar metas e estratégias específicas que tratam diretamente da inclusão e diversidade:

- Meta 4: Universalizar o atendimento educacional especializado para a população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- Estratégias da Meta 2 e 3: sobre a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na inclusão de grupos historicamente discriminados.
- Meta 8: Elevar a escolaridade média da população, foco em inclusão de segmentos populacionais em situação de exclusão.

5. Atenção à Diversidade na Primeira Infância

O candidato deve demonstrar que o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/16) reforça a necessidade de políticas públicas que respeitem a diversidade desde a mais tenra idade.

6. Articulação, Conclusão e Aspectos Formais

Articulação e Conclusão: O texto deve integrar com coesão e coerência as diferentes legislações, demonstrando que elas formam um sistema de proteção e promoção do direito à educação. A conclusão deve sintetizar como esse arcabouço legal impõe ao Estado o dever de fomentar uma educação pautada nos Direitos Humanos e no respeito à diversidade.

Aspectos Formais: Clareza, coerência, coesão, objetividade, concisão e domínio da norma culta da língua portuguesa. Respeito ao limite de 40 linhas.